



FENAPEF

FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS



MOREIRA &
GREGÓRIO
CONSULTORIA
POLÍTICA

AGENDA SEMANAL

17 a 21 de fevereiro
2025

Perspectiva semanal



Cenário Político

Nesta semana, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP), se reunirá com líderes partidários para definir a instalação das comissões, prevista para quarta-feira (19).

Pesquisa do Datafolha divulgada na sexta-feira (14) aponta a menor aprovação do governo Lula em todos os seus mandatos, o que pode influenciar a reforma ministerial antes do carnaval. O Republicanos, por exemplo, evita assumir outro ministério para não desagradar evangélicos.

Já o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), tem adotado postura discreta sobre temas polêmicos, como o PL da anistia de 8 de janeiro, evitando atritos entre oposição e base governista.

Avaliação Semanal do Governo

POLÍTICA ↓

A declaração de Lula sobre um possível “lenga-lenga” do Ibama no processo de licenciamento para a exploração da Amazônia gerou críticas de diversas entidades e até de servidores do órgão, que alegaram pressão política.

ECONOMIA ↑

O Índice de Atividade Econômica (IBC-BR) do Banco Central registrou uma expansão de 3,8% em 2024 em comparação com 2023, indicando aceleração da economia, que teve um crescimento menor de 2,7% no ano anterior.

SOCIAL ↓

A pesquisa Datafolha de 14 de fevereiro de 2025 revelou uma queda acentuada na popularidade do governo Lula, com a aprovação caindo de 35% para 24% e a reprovação subindo de 34% para 41%. Outras pesquisas, como a da Genial Quaest e AtlasIntel, também indicaram redução na aprovação, mas em menor escala.

Oito de janeiro

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, deve apresentar nesta semana a denúncia contra o ex-presidente Jair Bolsonaro por tentativa de golpe de Estado após as eleições de 2022. Bolsonaro será acusado de liderar uma organização que tentou impedir a posse do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. As penas para os crimes imputados podem variar de 11 a 28 anos de prisão. A expectativa é que o julgamento definitivo ocorra antes das eleições presidenciais de 2026, o que poderia impedir uma nova candidatura de Bolsonaro.

Regulamentação das redes

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, anunciou que a regulamentação das mídias sociais será prioridade para o governo em 2025, com o PL 4691/2024, de Silas Câmara (Republicanos-AM), da Bancada Evangélica, sendo incluído na agenda. Esse projeto aborda temas semelhantes ao PL 2630/2020, conhecido como PL das Fake News, que enfrentou resistência da ala conservadora. Silas Câmara, membro da ala evangélica mais próxima ao governo, apresentou uma versão alternativa com maior foco na liberdade de expressão. O governo também incluiu outros projetos relacionados à proteção digital e segurança cibernética.

Comissões do Senado

O Senado deve instalar suas comissões na próxima quarta-feira (19), com uma reunião convocada por Davi Alcolumbre (União-AP) para esta terça-feira (18), onde serão definidos os detalhes. A distribuição das comissões foi feita antes da eleição para a presidência, levando em conta o tamanho das bancadas. A oposição, que não presidiu comissões nos dois últimos anos, comandará órgãos importantes como a Comissão de Segurança Pública, com Flávio Bolsonaro (PL-RJ), e a Comissão de Direitos Humanos, com Damares Alves (Republicanos-DF). As comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE) serão presididas por Otto Alencar (PSD-BA) e Renan Calheiros (MDB-AL).

Notícias da Semana



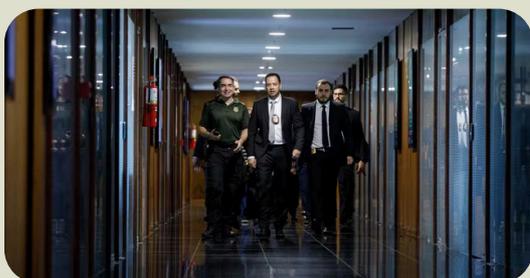
Senado instala comissões na quarta-feira; veja quem presidirá cada



Mercado aumenta projeção da inflação para 5,60% em 2025



PF espera denúncia da PGR contra Bolsonaro nesta semana



PEC da Blindagem: deputados querem limitar operações da PF em reação a investigações sobre suposto desvio de emendas



Crime organizado já é o principal empregador em algumas regiões do Brasil, diz especialista





**Há a previsão de que sejam instaladas
nesta semana.**

Sessão Deliberativa Extrordinária Presencial

Terça-feira (18) - 13h55

PL 4381/2023 - Regras para o atendimento de mulher indígena Vítima de Violência

PL 4581/2023 - deputada Célia Xakriabá (PSOL-MG) - Regulamenta sobre procedimentos a serem adotados pelas delegacias de polícia e demais órgãos responsáveis para o atendimento de mulheres indígenas vítimas de violências, nas hipóteses de medidas protetivas de urgência previstas na Lei n.º 11.340/2006 e Decreto 11.431/2023.

Relator: deputada Juliana Cardoso (PT-SP)

Parecer: pela aprovação na forma do substitutivo.

PL 3339/2024 - Aumenta penas em incêndios provocados em matas

PL 3339/2024 - deputado Gervásio Maia (PSB-PB) - Altera a Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais) e a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), para caracterizar circunstância agravante a prática de infrações que dificultem a plena prestação de serviços públicos e em concurso de pessoas; aumentar penas para crimes de incêndio em floresta e de poluição de qualquer natureza; e proibir aquele que fizer uso irregular do fogo em terras públicas ou particulares de contratar com o Poder Público ou receber recursos públicos.

Relator: deputado Patrus Ananias (PT-MG)

Parecer: pela aprovação na forma do substitutivo.

PL 3821/2024 - Criminaliza produção de “deepnude” por meio de IA

PL 3821/2024 - deputada Amanda Gentil (PP-MA) - Altera o Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei n.º 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para tipificar o crime de manipulação digital de imagens por inteligência artificial, e agravar a pena em casos de crimes contra mulheres e candidaturas em período eleitoral, e dá outras providências.

Relator: deputada Yandra Moura (UNIÃO-SE)

Parecer: pela aprovação na forma do substitutivo.

PL 4149/2004 - Fixa regras para registro, posse e comercialização de armas de fogo

PL 4149/2004 - deputado Carlos Sampaio (PSD-SP) - Dá nova redação ao art. 15 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que "Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas-Sinarm, define crimes e dá outras providências."

Relator: deputado Max Lemos (PDT-RJ)

Parecer: pendente de parecer

Atendendo à solicitação dos partidos, as comissões não serão instaladas nesta semana.



FENAPEF

FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS



MOREIRA &
GREGÓRIO
CONSULTORIA
POLÍTICA



moreiraegregorio.com.br



[linkedin.com/moreiraegregorio](https://www.linkedin.com/moreiraegregorio)



(61) 98126-3938



moreiraegregorio@gmail.com



SHIS QI 07, Conjunto 10, Casa 01,
Lago Sul - Brasília, Distrito Federal -
CEP: 71.615-300

*Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais.
Desenvolvido por Moreira&Gregório Consultoria Política. Direitos reservados.*